



RECURSOS ORDINÁRIOS	77 - FONTE CLASSIFICAR	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.110,00	1.110,00	0,00	0,00
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
							0,00		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		19.563.288,85	514.489,42	329.440,60	4.012.956,57	6.276,07	14.700.126,19	14.705.558,12	0,00
TOTAL (III) = (I + II)		34.300.225,19	540.917,47	333.905,17	5.093.634,41	324.782,85	28.006.985,29	21.196.456,74	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>							0,00		

FONTE: TESOIRO GERENCIAL

Nota: <sup>1</sup>A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

a) No valor total da Disponibilidade de Caixa Bruta, encontra-se incluído o valor de R\$ 4.276.863,42, em razão da existência de valores líquidos de recursos a receber para restos a pagar. Sendo: Recursos Ordinários - fonte 00 - R\$ 3.596.233,74; Recursos vinculados - fonte 56 - R\$ 72.939,31 e fonte 88 - R\$ 607.690,37.

b) Em relação a fonte 00 - RECURSOS ORDINÁRIOS, em 18/01/2018, foi cancelada parcialmente, na UG 090031, a Nota de Empenho 2017NE000108, no valor de R\$ 15.000,00, referente aos valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados a Liquidar do exercício de 2017, a fim de compatibilizar com o saldo da disponibilidade de caixa líquida (antes da inscrição de Restos a Pagar não processados).

c) A existência, nos Recursos Ordinários, da fonte a classificar (77) no valor de R\$ 1.110,00, diga-se de pouca materialidade, refere-se ao saldo invertido na conta 218919501 na UG 090031 no final do exercício de 2017. A UG 090031 realizou o devido acerto no exercício de 2018, conforme permitido no item 4 da Mensagem CCONT/STN Nº 2018/0023843, onde dizia que "tal ajuste pode ser efetuado nos sistemas SIAFI2017 ou SIAFI2018", porém quando tentou estornar esse ajuste feito em 2018 para registrá-lo em 2017, o sistema não permitiu o estorno do lançamento em 2018, bem como também não permitiu o registro em 2017, conforme foi informado na época própria a Setorial Contábil do Órgão.

Des. MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT  
Presidente do Tribunal

SEBASTIÃO MARCOS CAMPELO  
Diretor da Subsecretaria de Orçamento e Finanças

SÍDIA MARIA PORTO LIMA  
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 5ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO)

2 RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") RS 1,00

DEPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DEPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.124.647.420,67	2.924.114,16	1.127.571.534,83
Pessoal Ativo	956.998.436,45	2.338.114,16	959.336.550,61
Pessoal Inativo e Pensionistas	167.648.984,22	586.000,00	168.234.984,22
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	142.248.098,45	2.412.000,00	144.660.098,45
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	237.550,37	0,00	237.550,37
Decorrentes de Decisão Judicial	1.108.457,44	0,00	1.108.457,44
Despesas de Exercícios Anteriores	2.466.842,69	2.326.000,00	4.792.842,69
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	138.435.247,95	86.000,00	138.521.247,95
DEPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	982.399.322,22	512.114,16	982.911.436,38

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		727.254.324.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,135083%	0,000070%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,228829%	1.664.168.797,07
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,217388%	1.580.960.357,21
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,205946%	1.497.751.917,36

FONTE: TESOIRO GERENCIAL

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Limites Legal (Máximo) e Prudencial definidos pela Resolução nº 250/2013 do Conselho da Justiça Federal.

Des.MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT  
Presidente do Tribunal

SEBASTIÃO MARCOS CAMPELO  
Diretor da Subsecretaria de Orçamento e Finanças

SÍDIA MARIA PORTO LIMA  
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno